

**PLANEJAMENTO E GESTÃO  
TERRITORIAL EM  
JUSCIMEIRAMT: USOS DA  
TERRA, CONFLITOS RURAIS  
E TRANSFORMAÇÕES  
SOCIOECONÔMICAS**

**TERRITORIAL PLANNING AND MANAGEMENT IN JUSCIMEIRA-MT: LAND  
USES, RURAL CONFLICTS AND SOCIOECONOMIC TRANSFORMATIONS**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 27/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/782500855](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/782500855)

---

Daniele Aureliano Martins<sup>1</sup>

---

## **RESUMO**

Este artigo analisou o planejamento e a gestão territorial em Juscimeira-MT, considerando os usos da terra, os conflitos rurais e as transformações socioeconômicas associadas à ocupação do território e à reestruturação produtiva do campo. A pesquisa partiu do entendimento de que o território municipal foi produzido por relações históricas, econômicas, sociais e políticas, nas quais diferentes agentes disputaram formas de apropriação, controle e uso da terra. O estudo teve como objetivo compreender como a expansão agropecuária, a permanência da agricultura familiar, a presença de assentamentos rurais e as mudanças na dinâmica populacional influenciaram a organização territorial do município. Metodologicamente, adotou-se abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com base em pesquisa bibliográfica, análise documental e interpretação de dados secundários. Os resultados indicaram que Juscimeira-MT apresenta uma configuração territorial marcada pela coexistência de modelos produtivos distintos, nos quais a modernização agropecuária convive com formas familiares de produção e com demandas sociais ligadas à permanência no campo. Concluiu-se que a gestão territorial do município precisa considerar a diversidade de sujeitos, a mediação de conflitos, o fortalecimento da agricultura familiar, a proteção ambiental e a integração entre políticas públicas urbanas e rurais, de modo a promover um desenvolvimento mais equilibrado, inclusivo e sustentável.

**Palavras-chave:** Planejamento Territorial; Gestão Territorial; Usos Da Terra; Conflitos Rurais; Juscimeira-MT.

## **ABSTRACT**

This article analyzed territorial planning and management in Juscimeira-MT, considering land uses, rural conflicts, and

socioeconomic transformations associated with territorial occupation and the productive restructuring of the countryside. The research was based on the understanding that the municipal territory was produced through historical, economic, social, and political relations, in which different agents disputed forms of appropriation, control, and use of land. The study aimed to understand how agricultural expansion, the permanence of family farming, the presence of rural settlements, and changes in population dynamics influenced the territorial organization of the municipality. Methodologically, a qualitative, exploratory, and descriptive approach was adopted, based on bibliographic research, documentary analysis, and the interpretation of secondary data. The results indicated that Juscimeira-MT presents a territorial configuration marked by the coexistence of distinct productive models, in which agricultural modernization coexists with family-based forms of production and with social demands related to permanence in the countryside. It was concluded that the municipality's territorial management needs to consider the diversity of social actors, conflict mediation, the strengthening of family farming, environmental protection, and the integration between urban and rural public policies, in order to promote more balanced, inclusive, and sustainable development.

**Keywords:** Territorial Planning; Territorial Management; Land Uses; Rural Conflicts; Juscimeira-MT.

## **INTRODUÇÃO**

O território constitui uma dimensão fundamental para compreender as relações entre sociedade, economia, política e natureza, sobretudo em municípios marcados por mudanças nos usos da terra, conflitos rurais e transformações socioeconômicas. No caso de

Juscimeira-MT, localizado no Sudeste de Mato Grosso, a análise territorial permite observar como diferentes agentes sociais participaram da produção do espaço local, influenciando a organização fundiária, a dinâmica produtiva, a agricultura familiar, a expansão agropecuária e as relações entre campo e cidade.

A compreensão do território exige reconhecer que o espaço geográfico não é neutro, mas resultado de processos históricos e sociais. Para Santos (2006), o espaço é formado pela articulação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, envolvendo estruturas materiais, práticas sociais, técnicas produtivas e decisões políticas. Essa perspectiva contribui para analisar Juscimeira-MT como um território produzido por relações diversas, nas quais se articulam propriedades rurais, lavouras, pastagens, assentamentos, infraestrutura e formas distintas de apropriação da terra.

A formação territorial de Juscimeira-MT relaciona-se à ocupação do Sudeste de Mato Grosso e aos processos de interiorização econômica e política do estado. O município foi criado pela Lei Estadual nº 4.148, de 11 de dezembro de 1979, a partir do desmembramento de Jaciara, consolidando uma base político-administrativa própria. Entretanto, essa emancipação não deve ser compreendida apenas como ato jurídico, pois esteve associada à organização produtiva, à abertura de áreas rurais, à estruturação urbana e à presença de diferentes interesses sobre o território.

Nesse contexto, a categoria território torna-se essencial. Raffestin (1993) afirma que o território resulta de relações de poder, envolvendo apropriação, controle e uso do espaço. Assim, a terra em Juscimeira-MT não possui apenas valor econômico, mas também dimensão social, política e simbólica. As disputas pelos usos da terra

expressam racionalidades distintas, como a expansão de atividades agropecuárias capitalizadas, a permanência da agricultura familiar e a presença de assentamentos rurais.

A expansão do agronegócio em Mato Grosso constitui um dos principais elementos da reestruturação territorial contemporânea. Elias (2013) destaca que a agricultura científica e globalizada modificou profundamente o campo brasileiro, ampliando a produtividade e inserindo áreas rurais em circuitos técnicos, financeiros e logísticos. Contudo, esse processo também produziu contradições, como concentração fundiária, redução da demanda por trabalho rural, dependência tecnológica e pressão sobre formas produtivas menos capitalizadas.

A agricultura familiar ocupa papel relevante na organização territorial de municípios de base rural. Wanderley (2009) compreende a agricultura familiar como forma de produção e de vida, articulada ao trabalho, à família, à terra e ao pertencimento comunitário. Em Juscimeira-MT, sua permanência representa não apenas uma questão econômica, mas também social e territorial, pois envolve a fixação das famílias no campo, a produção local, os vínculos comunitários e a diversidade dos usos da terra.

As contradições entre agronegócio, agricultura familiar e assentamentos rurais revelam desafios importantes para o planejamento territorial. Fernandes (2008) afirma que o campo brasileiro é atravessado por disputas entre diferentes projetos de desenvolvimento, nos quais o território camponês frequentemente sofre pressões do capital agrário. Essa leitura contribui para compreender os conflitos rurais em Juscimeira-MT como expressão de modelos distintos de organização socioespacial.

Além da questão fundiária e produtiva, a dinâmica populacional também precisa ser considerada. A modernização tecnológica do campo pode aumentar a capacidade produtiva, mas tende a reduzir a necessidade de mão de obra, contribuindo para deslocamentos populacionais, enfraquecimento de comunidades rurais e intensificação do êxodo rural. Martins (1997) aponta que a modernização no campo brasileiro produziu situações contraditórias, nas quais o avanço técnico conviveu com exclusão social e redefinição das formas de permanência no território.

Diante desse contexto, o planejamento e a gestão territorial assumem papel estratégico. Souza (2013) compreende o planejamento territorial como prática política e técnica voltada à organização do espaço, à mediação de conflitos e à construção de alternativas de desenvolvimento. Em Juscimeira-MT, esse planejamento precisa considerar áreas urbanas, comunidades rurais, assentamentos, propriedades produtivas, infraestrutura, recursos naturais e demandas sociais.

A problemática que orienta este artigo pode ser expressa na seguinte questão: de que maneira os usos da terra, os conflitos rurais e as transformações socioeconômicas influenciaram o planejamento e a gestão territorial no município de Juscimeira-MT? Parte-se da compreensão de que o território municipal resulta de processos históricos e atuais, nos quais diferentes agentes disputam recursos, áreas, políticas públicas e sentidos de desenvolvimento.

O objetivo geral do artigo é analisar o planejamento e a gestão territorial em Juscimeira-MT, considerando os usos da terra, os conflitos rurais e as transformações socioeconômicas associadas à ocupação do território e à reestruturação produtiva do campo. Para

isso, busca-se compreender a formação territorial do município, identificar os principais usos da terra, discutir as tensões entre agronegócio e agricultura familiar e refletir sobre os desafios da gestão territorial em escala municipal.

Metodologicamente, o estudo será desenvolvido por meio de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com base em pesquisa bibliográfica, análise documental e interpretação de dados secundários. A articulação entre teoria e dados territoriais permitirá compreender Juscimeira-MT como espaço produzido por relações históricas, econômicas, sociais e políticas, contribuindo para o debate sobre planejamento e gestão territorial em municípios de base rural.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **TERRITÓRIO, USOS DA TERRA E GESTÃO TERRITORIAL**

A análise do planejamento e da gestão territorial exige compreender o território como uma construção histórica, social, econômica e política. O território não corresponde apenas a uma área delimitada administrativamente, mas ao espaço apropriado, disputado e transformado por diferentes sujeitos sociais. Nesse sentido, Juscimeira-MT deve ser interpretada a partir das relações que se estabeleceram entre ocupação rural, estrutura fundiária, expansão produtiva, agricultura familiar, assentamentos, infraestrutura e dinâmica populacional. A organização territorial do município expressa, portanto, uma combinação de fatores históricos e contemporâneos que influenciaram a forma como a terra foi ocupada, utilizada e valorizada.

Para Santos (2006), o espaço geográfico resulta da interação entre objetos e ações, isto é, entre elementos materiais, como estradas, propriedades, lavouras e equipamentos urbanos, e práticas sociais, como trabalho, produção, circulação, decisões políticas e formas de apropriação. Essa concepção permite compreender que os usos da terra em Juscimeira-MT não se explicam apenas por condições naturais ou econômicas, mas por processos sociais que definiram prioridades, interesses e formas de organização do território. Desse modo, a paisagem rural e urbana do município revela tanto a presença de atividades produtivas quanto as contradições geradas pela desigual distribuição dos recursos territoriais.

A categoria território também envolve relações de poder. Raffestin (1993) compreende o território como resultado da ação dos sujeitos sobre o espaço, mediada por interesses, estratégias e formas de controle. Essa perspectiva é fundamental para analisar os conflitos rurais, pois a disputa pela terra não se restringe ao domínio físico da propriedade, mas envolve acesso a recursos, reconhecimento social, permanência no campo, políticas públicas e capacidade de decidir sobre o uso do espaço. Em Juscimeira-MT, os conflitos e tensões territoriais podem ser observados na coexistência entre grandes propriedades, áreas de agricultura familiar, assentamentos rurais e atividades agropecuárias voltadas ao mercado.

O planejamento territorial, nesse contexto, não pode ser compreendido como prática meramente técnica. Souza (2013) destaca que planejar o território significa lidar com interesses distintos, desigualdades sociais, conflitos de uso e escolhas políticas. A gestão territorial deve considerar as condições concretas da população, os limites ambientais, a estrutura fundiária, as formas de produção e as necessidades dos grupos sociais que vivem no

município. Assim, o planejamento em Juscimeira-MT precisa ir além do ordenamento formal do espaço, incorporando políticas que fortaleçam a agricultura familiar, melhorem a infraestrutura rural, protejam áreas ambientalmente sensíveis e ampliem a participação social nas decisões públicas.

A discussão sobre os usos da terra torna-se ainda mais relevante quando se considera que o município está inserido em Mato Grosso, estado fortemente marcado pela expansão agropecuária e pela modernização produtiva do campo. Elias (2013) afirma que a agricultura científica e globalizada reorganizou o espaço agrário brasileiro, articulando técnica, capital, informação e logística. Esse processo ampliou a produtividade e integrou regiões agrícolas a mercados nacionais e internacionais, mas também aprofundou desigualdades socioespaciais. Em áreas como Juscimeira-MT, a modernização produtiva precisa ser analisada a partir de seus efeitos contraditórios, pois pode gerar dinamismo econômico ao mesmo tempo em que pressiona pequenos produtores e modifica a vida rural.

## **FORMAÇÃO TERRITORIAL E OCUPAÇÃO DE JUSCIMEIRA-MT**

A formação territorial de Juscimeira-MT está relacionada aos processos de ocupação do Sudeste de Mato Grosso e à expansão de atividades econômicas que contribuíram para a organização de novos municípios no interior do estado. A emancipação política de Juscimeira, ocorrida em 1979, consolidou uma base administrativa própria, mas sua constituição territorial deve ser compreendida dentro de um movimento mais amplo de interiorização da ocupação, abertura de áreas rurais, formação de núcleos urbanos e ampliação da presença do Estado na organização regional. Esse

processo foi marcado por interesses econômicos e políticos que redefiniram o uso da terra e estimularam diferentes formas de apropriação territorial.

Becker (2009) observa que as fronteiras de ocupação no Brasil estiveram associadas à integração econômica de áreas consideradas estratégicas, muitas vezes sob a justificativa do desenvolvimento regional. No Centro-Oeste, esse processo assumiu forte relação com a abertura de estradas, programas de colonização, incentivos à agropecuária e valorização de terras. A ocupação de municípios como Juscimeira-MT deve ser entendida nesse quadro, em que o território passou a ser incorporado gradualmente a circuitos produtivos mais amplos, ao mesmo tempo em que mantinha práticas locais de produção, circulação e organização social.

A ocupação rural exerceu papel decisivo na formação socioespacial do município. A terra tornou-se elemento estruturante das relações econômicas e sociais, pois dela dependeram a produção agropecuária, o trabalho familiar, a fixação populacional e a organização das comunidades. Contudo, a forma como a terra foi apropriada e utilizada não ocorreu de maneira homogênea. Ao longo do tempo, diferentes agentes passaram a disputar o território, entre eles produtores capitalizados, agricultores familiares, trabalhadores rurais, assentados, comerciantes, gestores públicos e empresas ligadas às cadeias produtivas do campo.

A dinâmica de ocupação também influenciou a relação entre campo e cidade. Em municípios de base rural, a cidade não pode ser analisada separadamente do campo, pois muitas atividades urbanas dependem diretamente da economia agropecuária. Serviços, comércio, transporte, administração pública e circulação de renda

local estão ligados aos ciclos produtivos rurais. Em Juscimeira-MT, essa articulação revela que as transformações nos usos da terra não afetam apenas a zona rural, mas repercutem sobre a estrutura urbana, sobre o emprego, sobre a renda e sobre a oferta de serviços públicos.

Nesse sentido, a formação territorial do município expressa uma combinação entre permanências e mudanças. Permanecem elementos associados à agricultura familiar, às pequenas propriedades, aos vínculos comunitários e à produção local. Ao mesmo tempo, ampliam-se formas de uso da terra ligadas à modernização produtiva, à mecanização, à pecuária estruturada e às lavouras comerciais. Essa convivência nem sempre ocorre de forma equilibrada, pois os diferentes modelos de uso do território possuem capacidades desiguais de acesso a crédito, tecnologia, assistência técnica, infraestrutura e influência política.

## **AGRONEGÓCIO, AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS RURAIS**

A expansão do agronegócio em Mato Grosso representa um dos principais processos de transformação do território estadual. Esse modelo produtivo baseia-se na articulação entre terra, tecnologia, capital, logística e mercado, sendo responsável por elevar a produtividade agrícola e ampliar a participação do estado nas cadeias nacionais e internacionais de commodities. No entanto, seus efeitos territoriais não podem ser avaliados apenas pela dimensão econômica, pois envolvem alterações na estrutura fundiária, no trabalho rural, na paisagem, na circulação de renda e na permanência de outros sujeitos no campo.

Elias (2013) destaca que a modernização agrícola produziu novos arranjos territoriais, nos quais o campo passou a ser cada vez mais integrado a redes técnicas e financeiras. Essa transformação contribuiu para a formação de espaços produtivos altamente especializados, dependentes de máquinas, insumos, crédito e infraestrutura logística. Em Juscimeira-MT, ainda que o município possua características próprias e não possa ser reduzido à lógica das grandes áreas de produção de grãos, os efeitos da reestruturação produtiva mato-grossense incidem sobre sua organização territorial, especialmente na valorização da terra, na pressão sobre áreas rurais e na redefinição das atividades produtivas.

A agricultura familiar, por sua vez, permanece como elemento essencial da dinâmica territorial. Wanderley (2009) afirma que a agricultura familiar deve ser compreendida como forma de produção e também como modo de vida, pois articula trabalho, família, pertencimento e reprodução social. Em Juscimeira-MT, esse segmento contribui para a diversificação produtiva, para a geração de renda local, para a permanência de famílias no campo e para o abastecimento de circuitos curtos de comercialização. Sua importância ultrapassa a dimensão econômica, pois envolve vínculos sociais, práticas culturais e relações comunitárias que dão sentido ao território rural.

Entretanto, a convivência entre agronegócio e agricultura familiar tende a produzir tensões. Fernandes (2008) afirma que o campo brasileiro é marcado por disputas territoriais entre diferentes projetos de desenvolvimento. De um lado, encontra-se um modelo orientado pela concentração de terra, pela escala produtiva, pela mecanização e pela integração ao mercado; de outro, formas de produção baseadas no trabalho familiar, na diversidade produtiva e

na permanência no território. Em Juscimeira-MT, essas tensões aparecem na disputa por áreas produtivas, na valorização desigual da terra, nas dificuldades de acesso a políticas públicas e na pressão exercida sobre pequenos produtores e assentamentos.

Os assentamentos rurais também compõem a dinâmica territorial do município e devem ser analisados como espaços de produção, moradia, resistência e reprodução social. Eles representam uma resposta histórica à desigualdade no acesso à terra e à necessidade de democratizar a estrutura fundiária. Contudo, sua consolidação depende de políticas públicas continuadas, como crédito, assistência técnica, regularização, infraestrutura, transporte, saúde, educação e canais de comercialização. Sem essas condições, os assentamentos podem enfrentar dificuldades para garantir produção estável, renda suficiente e permanência das famílias no campo.

A questão agrária brasileira, conforme Girardi (2008), permanece marcada pela concentração fundiária e por conflitos estruturais que se atualizam conforme avançam novas formas de modernização produtiva. Em Juscimeira-MT, os conflitos rurais podem se expressar tanto de forma direta, em disputas pela posse e uso da terra, quanto de forma indireta, por meio da exclusão produtiva, da dificuldade de acesso a recursos, da precariedade da infraestrutura rural e da redução das oportunidades de trabalho. Esses conflitos revelam que a gestão territorial precisa enfrentar desigualdades históricas, e não apenas organizar tecnicamente os usos do solo.

**MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS**

A modernização do campo modificou profundamente os territórios rurais brasileiros. A introdução de máquinas, insumos, tecnologias de informação, sementes melhoradas, crédito rural e novas formas de gestão produtiva alterou a organização do trabalho e a relação dos produtores com o mercado. Embora esse processo tenha elevado a produtividade de diversas regiões, seus impactos sociais foram desiguais. Em municípios como Juscimeira-MT, a modernização deve ser interpretada a partir de seus efeitos sobre a estrutura produtiva, a permanência das famílias no campo e a dinâmica socioeconômica local.

Martins (1997) observa que a modernização no campo brasileiro frequentemente combinou avanço técnico e exclusão social. Essa contradição ocorre porque o aumento da produtividade nem sempre se traduz em melhoria das condições de vida para todos os grupos sociais. A mecanização pode reduzir postos de trabalho, a valorização da terra pode dificultar o acesso de pequenos produtores à propriedade e a dependência tecnológica pode ampliar desigualdades entre produtores capitalizados e agricultores com menor capacidade de investimento. Assim, o desenvolvimento econômico territorial precisa ser analisado também por seus efeitos sociais.

Em Juscimeira-MT, as transformações socioeconômicas associadas ao campo repercutem na organização da cidade e na vida cotidiana da população. A economia municipal depende, em parte, da circulação de renda gerada por atividades agropecuárias, mas essa renda não se distribui de maneira uniforme. Quando a produção se concentra em grandes propriedades ou em atividades com baixa demanda de mão de obra, os efeitos positivos sobre o emprego local podem ser limitados. Por outro lado, a agricultura familiar tende a

dinamizar relações econômicas de proximidade, pois utiliza trabalho local, consome no comércio municipal e mantém vínculos mais diretos com a vida comunitária.

A dinâmica populacional é outro aspecto importante. A redução das oportunidades de trabalho no campo, associada à mecanização e à concentração produtiva, pode estimular a migração de jovens para centros urbanos maiores. Esse processo contribui para o envelhecimento de comunidades rurais, para a perda de força de trabalho familiar e para a fragilização de práticas produtivas tradicionais. Ao mesmo tempo, a cidade passa a receber novas demandas por moradia, serviços, emprego e políticas sociais. Portanto, a reestruturação produtiva do campo não se limita à zona rural, mas altera o funcionamento do município como um todo.

As transformações socioeconômicas também se relacionam à infraestrutura territorial. Estradas vicinais, transporte, acesso à internet, energia, equipamentos de saúde, escolas rurais e apoio técnico são condições fundamentais para a permanência da população no campo. Quando esses elementos são insuficientes, a vida rural torna-se mais difícil e a desigualdade entre campo e cidade se aprofunda. Por isso, a gestão territorial precisa articular desenvolvimento produtivo e políticas públicas, reconhecendo que o território rural não é apenas espaço de produção, mas também espaço de moradia, cultura, sociabilidade e cidadania.

## **PLANEJAMENTO, GESTÃO TERRITORIAL E DESAFIOS LOCAIS**

O planejamento territorial em Juscimeira-MT precisa partir do reconhecimento das diferenças existentes no interior do município. Não se trata de pensar o território como uma unidade homogênea,

mas como um espaço composto por áreas urbanas, comunidades rurais, assentamentos, propriedades familiares, médias e grandes propriedades, áreas ambientalmente sensíveis e infraestruturas de circulação. Cada uma dessas partes possui necessidades específicas e participa de forma distinta da dinâmica municipal. Assim, a gestão territorial deve ser capaz de integrar interesses diversos sem ignorar as desigualdades existentes.

Souza (2013) defende que o planejamento deve ser compreendido como prática social e política, orientada por escolhas e prioridades. Em Juscimeira-MT, isso significa que as políticas territoriais precisam considerar quem se beneficia dos usos atuais da terra, quem enfrenta maior vulnerabilidade e quais grupos têm menor capacidade de influenciar as decisões públicas. O planejamento democrático deve criar condições para que agricultores familiares, assentados, moradores rurais e comunidades locais participem das discussões sobre infraestrutura, uso do solo, políticas produtivas e proteção ambiental.

A gestão territorial também precisa considerar a dimensão ambiental. Saquet (2015) afirma que o território deve ser compreendido de forma multidimensional, envolvendo aspectos econômicos, políticos, culturais e ambientais. No caso de Juscimeira-MT, os usos da terra devem ser avaliados em relação aos impactos sobre solos, águas, vegetação, áreas de preservação, paisagens rurais e qualidade de vida. A expansão agropecuária sem planejamento pode ampliar problemas ambientais e comprometer recursos essenciais para a própria reprodução econômica e social do município.

Outro desafio refere-se à integração entre planejamento municipal e políticas públicas estaduais e federais. Muitos problemas territoriais não podem ser resolvidos apenas pela escala local, pois envolvem regularização fundiária, crédito rural, assistência técnica, conservação ambiental, infraestrutura regional e mercados agropecuários. No entanto, o município possui papel importante na identificação das demandas, na articulação institucional e na construção de estratégias de desenvolvimento. A gestão territorial municipal pode contribuir para aproximar políticas públicas das necessidades concretas da população.

O fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos rurais deve ocupar lugar estratégico nesse planejamento. Isso não significa negar a importância econômica da agropecuária empresarial, mas reconhecer que o desenvolvimento territorial depende da diversidade produtiva, da inclusão social e da permanência das famílias no campo. Políticas de assistência técnica, comercialização, compras públicas, agroindustrialização em pequena escala, acesso à água, melhoria de estradas e apoio à juventude rural podem contribuir para reduzir desigualdades e ampliar as possibilidades de desenvolvimento local.

Portanto, o planejamento e a gestão territorial em Juscimeira-MT devem ser orientados por uma visão integrada do território. Os usos da terra, os conflitos rurais e as transformações socioeconômicas não podem ser tratados como temas separados, pois fazem parte de um mesmo processo de produção do espaço. A análise geográfica permite compreender que o município é resultado de relações históricas e atuais entre agentes sociais, políticas públicas, economia agrária e condições ambientais. Nesse sentido, uma gestão territorial mais equilibrada depende do reconhecimento das contradições

existentes e da construção de alternativas que articulem produção, justiça social e sustentabilidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise sobre o planejamento e a gestão territorial em Juscimeira-MT permitiu compreender que o território municipal foi produzido por processos históricos, econômicos, sociais e políticos que influenciaram diretamente os usos da terra, a organização fundiária, as relações entre campo e cidade e as transformações socioeconômicas locais. O estudo demonstrou que o município não pode ser interpretado apenas como uma área administrativa, mas como um espaço em permanente construção, marcado por diferentes interesses, formas de apropriação e disputas em torno do uso da terra.

A problemática que orientou este artigo buscou compreender de que maneira os usos da terra, os conflitos rurais e as transformações socioeconômicas influenciaram o planejamento e a gestão territorial em Juscimeira-MT. A partir da discussão realizada, verificou-se que esses elementos estão profundamente articulados. A ocupação do território, a expansão agropecuária, a permanência da agricultura familiar, a presença de assentamentos rurais e a dinâmica populacional formam um conjunto de fatores que condicionam as possibilidades e os limites da gestão territorial no município.

O objetivo geral do artigo foi analisar o planejamento e a gestão territorial em Juscimeira-MT, considerando os usos da terra, os conflitos rurais e as transformações socioeconômicas associadas à ocupação do território e à reestruturação produtiva do campo. Esse objetivo foi alcançado ao se evidenciar que a organização territorial

do município resulta da convivência entre diferentes modelos de uso da terra. De um lado, observam-se atividades agropecuárias mais capitalizadas, ligadas à modernização produtiva e à lógica de mercado. De outro, permanecem formas de produção familiar e assentamentos rurais, fundamentais para a diversidade produtiva, a permanência da população no campo e a reprodução social das comunidades locais.

As discussões desenvolvidas mostraram que a expansão do agronegócio em Mato Grosso influenciou a reorganização dos territórios rurais, inclusive em municípios de menor porte, como Juscimeira-MT. Embora esse processo tenha contribuído para dinamizar a economia regional e ampliar a produtividade, também produziu efeitos contraditórios. Entre eles, destacam-se a valorização desigual da terra, a pressão sobre pequenos produtores, a redução da demanda por trabalho rural e a maior dependência de tecnologias e insumos. Esses aspectos reforçam que o desenvolvimento territorial não deve ser avaliado apenas por indicadores econômicos, mas também por seus impactos sociais, ambientais e populacionais.

A agricultura familiar apareceu como elemento central para compreender a dinâmica territorial do município. Sua importância não se limita à produção de alimentos ou à geração de renda, pois envolve também vínculos comunitários, permanência das famílias no campo, ocupação produtiva da terra e manutenção de práticas sociais próprias do meio rural. Assim, a gestão territorial precisa reconhecer a agricultura familiar como componente estratégico do desenvolvimento local, e não como setor secundário diante da expansão agropecuária empresarial. O fortalecimento desse segmento pode contribuir para reduzir desigualdades, ampliar a

circulação de renda no município e garantir maior equilíbrio entre produção econômica e justiça socioespacial.

Os conflitos rurais discutidos ao longo do artigo foram compreendidos como expressão de disputas mais amplas em torno de projetos distintos de território. Não se trata apenas de conflitos diretos pela posse da terra, mas também de tensões relacionadas ao acesso a políticas públicas, à infraestrutura rural, ao crédito, à assistência técnica, à comercialização e à permanência das populações no campo. Dessa forma, os conflitos territoriais em Juscimeira-MT revelam desigualdades estruturais que precisam ser enfrentadas por meio de políticas públicas integradas, participação social e planejamento municipal sensível às diferentes realidades locais.

Outro ponto relevante refere-se às transformações socioeconômicas associadas à modernização do campo. A mecanização, a especialização produtiva e a inserção em circuitos de mercado podem ampliar a produção, mas também modificar as relações de trabalho e estimular deslocamentos populacionais. Em municípios de base rural, esse processo repercute sobre a cidade, sobre os serviços públicos, sobre o comércio local e sobre a estrutura demográfica. Desse modo, o planejamento territorial precisa considerar que as mudanças no campo afetam o município como totalidade, exigindo políticas que articulem zona rural e zona urbana de forma integrada.

A gestão territorial em Juscimeira-MT deve considerar, portanto, a diversidade de sujeitos e interesses que compõem o município. O planejamento não pode ser reduzido a instrumentos técnicos ou administrativos, pois envolve escolhas políticas, prioridades sociais e

formas de mediação entre diferentes projetos de desenvolvimento. Uma gestão territorial mais equilibrada precisa contemplar a melhoria das estradas rurais, o apoio à produção familiar, a regularização fundiária, o acesso a serviços públicos, a proteção ambiental e a criação de canais de participação para comunidades rurais, agricultores familiares, assentados e demais moradores.

Também se evidenciou que a dimensão ambiental deve ocupar lugar central nas políticas territoriais. Os usos da terra precisam ser planejados considerando a conservação dos solos, dos recursos hídricos, da vegetação e das áreas ambientalmente sensíveis. A expansão produtiva sem critérios adequados pode comprometer a sustentabilidade do território e gerar problemas futuros para a própria economia local. Assim, o desenvolvimento municipal deve ser pensado a partir do equilíbrio entre produção, conservação ambiental e qualidade de vida da população.

Como limitação, este artigo se apoiou em pesquisa bibliográfica, análise documental e dados secundários, o que possibilitou uma interpretação ampla do tema, mas não substitui investigações de campo mais aprofundadas. Estudos futuros poderão incluir entrevistas com agricultores familiares, assentados, gestores públicos, lideranças comunitárias e representantes do setor produtivo, além da análise cartográfica detalhada da evolução dos usos da terra no município. Esses procedimentos poderão ampliar a compreensão sobre os conflitos territoriais, as estratégias de permanência no campo e as percepções locais sobre o planejamento municipal.

Conclui-se que o planejamento e a gestão territorial em Juscimeira-MT precisam ser orientados por uma leitura crítica do território,

capaz de reconhecer as contradições entre crescimento econômico, permanência rural, justiça social e sustentabilidade ambiental. Os usos da terra, os conflitos rurais e as transformações socioeconômicas não são fenômenos isolados, mas dimensões interligadas da produção do espaço municipal. Portanto, uma política territorial consistente deve valorizar a diversidade produtiva, fortalecer a agricultura familiar, mediar conflitos, proteger os recursos naturais e promover formas de desenvolvimento que beneficiem a população local de maneira mais ampla e equilibrada.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ELIAS, Denise. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Confins**, Paris, n. 17, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8153>. Acesso em: 19 jun. 2026.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto-SP**. São Paulo: Edusp, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da questão agrária brasileira**. Presidente Prudente: UNESP/NERA, 2008. Disponível em: <https://www.atlasbrasilagrario.com.br>. Acesso em: 19 jun. 2026.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da questão agrária brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105064>. Acesso em: 19 jun. 2026.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 jun. 2026.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 jun. 2026.

IBGE. **Cidades e Estados: Juscimeira-MT**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/juscimeira.html>. Acesso em: 19 jun. 2026.

MAPBIOMAS. **Coleção 9 da série anual de mapas de cobertura e uso da terra do Brasil.** São Paulo: MapBiomias, 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org>. Acesso em: 19 jun. 2026.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>. Acesso em: 19 jun. 2026.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Geografia. Unemat-MT. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)